

Significados e conflitos nas paisagens da Lagoa de Araruama/RJ

Meanings and conflicts in the landscapes of the Lagoa de Araruama / RJ

Por Camila Ciccarone Tangerino

Resumo

O seguinte trabalho busca a interpretação dos significados atribuídos às paisagens da Lagoa de Araruama (RJ) pelos diferentes agentes sociais que a partir dela relacionam-se, com o objetivo de identificar os elementos que a constituem e ao mesmo tempo que atravessam um processo de transformação, assim como os conflitos que envolvem tais mudanças.

Palavras-chave: Lagoa de Araruama; Paisagem; Significados; Apropriações; Conflitos

Abstract

The following work seeks the interpretation of the meanings attributed to the landscapes of the Lagoa de Araruama (RJ) by the different social agents that from it relate, with the objective of identifying the elements that constitute it and at the same time that they undergo a process of transformation, as well as the conflicts surrounding such changes.

Keywords: Lagoa de Araruama; Landscape; Meanings; Appropriations; Conflicts

A noção de paisagem utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, estrutura-se na ideia de como o ser humano vê o mundo, entendendo que a concepção de mundo não é um ato passivo, mas sim um mecanismo de construção e atribuição de significados aos elementos constituintes de uma paisagem, a partir de um código cultural próprio. Assim, ao observamos uma paisagem, também a estamos elaborando e portanto ela não pode ser entendida apartada do sujeito que a observa.

Para COSGROVE (1984, p.13) “a paisagem não é meramente o mundo que nós vemos, ela é uma construção, uma composição deste mundo. A paisagem é um modo de ver o mundo”. Assim, afastar-se da paisagem analisada enquanto um objeto real e descritível e aproximar-se da ideia de um olhar sobre o espaço permitiria compreender o seu caráter múltiplo e variado (RIBEIRO, 2012). Ainda segundo RIBEIRO (2012), um mesmo espaço pode possuir tantas paisagens, quanto observadores e interpretações, e o processo de identificação e atribuição de valor a uma paisagem tem que levar em consideração todos os sujeitos que lhe aplicam significado e a forma como este é construído.

Portanto, é a partir da leitura de algumas narrativas conflitantes que abraçam a Lagoa de Araruama que pretendo identificar as paisagens ali existentes, apontando assim a diversidade de significados que a envolvem e a sustentam. A realização do trabalho foi possível através de pesquisa de campo e de levantamentos bibliográficos e documentais relacionados ao tema.

Assim, identifiquei alguns dos principais grupos de agentes envolvidos ao longo tempo nos usos e apropriações que são feitas da Lagoa, dentre eles pescadores, salineiros artesanais, ambientalistas, agentes imobiliários, turistas e moradores. A complexidade das relações estabelecidas entre eles surge a partir do momento em que as práticas que cada grupo realiza se legitima através de discursos que ora se apropriam do argumento ambiental, ora econômico, ora relacionado à memória, ora a todos eles, para se aproximarem da Lagoa.

Devido aos seus atributos históricos e ambientais, a Lagoa de Araruama também é reconhecida e protegida por “especialistas” e “instituições de preservação”, através de ordenamentos jurídicos específicos, que acarretam em diversas ações de conservação e limitações de seu uso, configurando-se em outras paisagens possíveis. Para compreensão do contexto ao qual a Lagoa está inserida, faremos um resgate das principais transformações que a Região dos Lagos atravessou.

Contexto histórico e econômico de ocupação da Região dos Lagos

As primeiras ocupações nessa área desenvolveram-se exatamente sobre as faixas litorâneas, onde se localizam diversos sítios arqueológicos e onde nos primeiros anos da colonização, portugueses, franceses e ingleses disputaram aquele território, consolidado com a construção dos primeiros núcleos urbanos portugueses no século XVII¹ e XVIII.

A região vivenciou o ciclo extrativista do pau-brasil, o ciclo da cana-de-açúcar e o ciclo do gado, mas permaneceu longos anos sem maior importância econômica, entregue a tímidas atividades pecuaristas extensivas e a pequenas e tradicionais colônias de pescadores artesanais, ao lado de uma prática agrícola incipiente, mais voltada à subsistência (OLIVEIRA, 2001).

Todavia, a abundância e facilidade para obtenção de sal, explicada pelas peculiares condições de relevo, clima e hidrografia da região, era notada desde o início da colonização, de quando já existiam relatos da colheita realizada pelos índios (LAMEGO, 1946). A extração do sal foi monopólio da Coroa no período de 1631 a 1801, no entanto, mesmo ilegal, tanto os índios como outros moradores viviam quase que exclusivamente da extração do sal dos séculos XVII ao XIX (HOLZER, 2014).

O predomínio da cultura de café na região da Araruama por quase todo o século XIX (a decadência ocorreu a partir da abolição da escravidão e do esgotamento do solo) justifica, ao lado da concorrência com o sal europeu, o retardamento e a incipiência dos investimentos nos primeiros anos de salicultura. Apenas na década de 1880, a extração e o beneficiamento do sal começaram a se firmar como indústria, em parte em decorrência da depressão provocada pelo declínio da atividade cafeeira, e em parte movida pela chegada de novos investidores portugueses, detentores de conhecimento e experiência na salicultura em sua terra de origem (OLIVEIRA, 2001)

Mas é partir do início do século XX, com melhoria das vias de acesso e escoamento da produção, que a indústria do sal assume importância econômica decisiva para os municípios da região, destacando-se, entre as empresas dedicadas à atividade, a Companhia Salinas Perynas e a Refinaria Nacional de Sal. A produção regional destes anos assume o posto de segunda maior do país, atrás apenas da

¹ “O primeiro núcleo de ocupação começou a surgir em 1616, quando os portugueses ergueram o Forte de Santo Inácio (no mesmo local onde havia uma fortificação francesa) e fundaram a Vila de Santa Helena de Cabo Frio.” Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso: março de 2016.

Durante o mesmo período, no ano de 1617, foi instalado o aldeamento jesuítico de São Pedro da Aldeia, considerado o maior núcleo indígena do Rio de Janeiro até o século XIX, “de resto lugarejos isolados nas margens internas da lagoa, enumerados por Lamego: Iguaba Grande, Parati, Pontinha, Enjeitado, Ver-o-Peso, Ponte dos Leites.” (LAMEGO, 1946, p. 97)

produção nordestina, e acaba por se constituir em mais um dos elementos motivadores para a instalação da Companhia Nacional de Álcalis² na região, empreendimento de grande impacto sobre a sociedade local e que estava inserido dentro do projeto getulista de substituição de importações e construção de uma autonomia nacional em vários setores industriais.

A partir dos anos 1940 começava a surgir uma outra forma de uso e aproveitamento dos recursos da região, como uma tendência que se estabelecia em todo o país e que, desde o início do século, valorizava as virtudes terapêuticas do “banho de mar”, assim começaram a ser ocupadas, com hotéis para tratamento de saúde e paulatinamente estações balneárias, algumas áreas situadas no entorno da lagoa de Araruama.

A progressiva busca pelas praias da região, valorizada pelo clima pouco chuvoso e pela beleza de suas paisagens litorâneas, se intensifica na década seguinte, estimulada pela pavimentação da rodovia Amaral Peixoto, principal via de conexão com a cidade do Rio de Janeiro, cuja população metropolitana era cada vez mais atraída pelas condições de lazer e veraneio que a Região dos Lagos oferecia.

A partir da década de 1970, políticas de estímulo ao turismo e veraneio, como a construção da ponte Rio-Niterói, a qual passou a ligar a Região dos Lagos à cidade do Rio de Janeiro produziram um vertiginoso aumento populacional e trouxeram novas configurações nas cidades do entorno e nas relações estabelecidas com a Lagoa de Araruama.

A implantação de diversos loteamentos e a construção nas periferias dos municípios da região, de inúmeros condomínios (também em áreas consideradas de preservação permanente por legislação federal, como dunas e áreas com cobertura vegetal de restinga), aceleraram o processo de urbanização que iria provocar uma série de alterações na configuração física e sociocultural daquela paisagem.

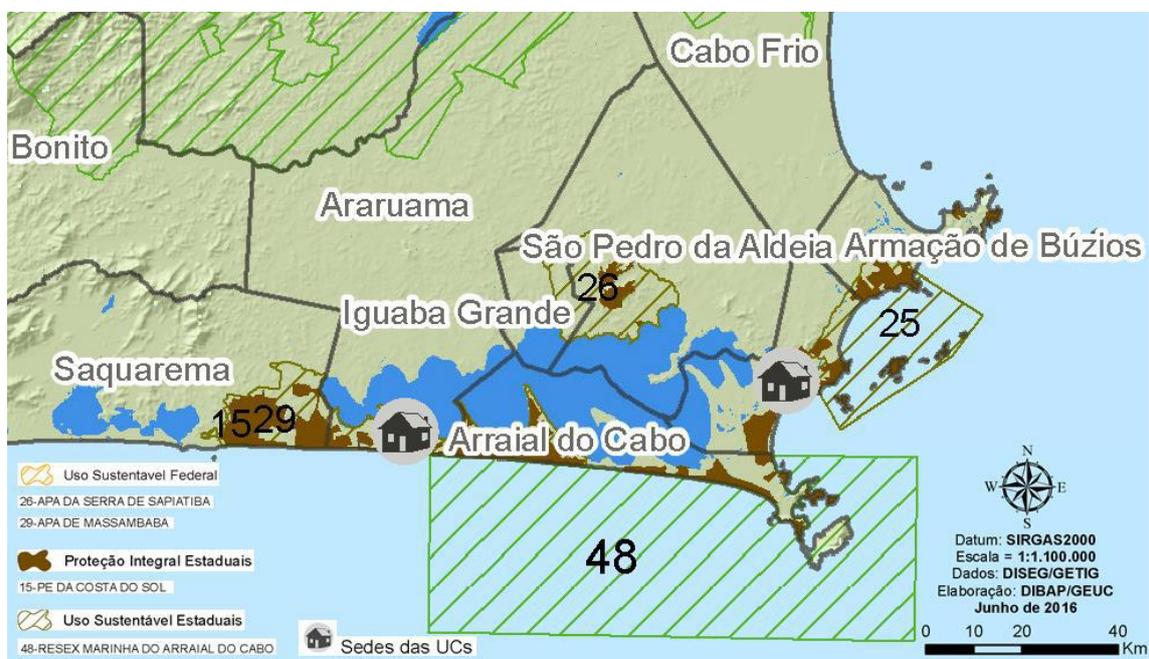
O conflito ambiental: entre o poder público e os loteadores

Segundo o Instituto Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (INEA), a Lagoa de Araruama representa o maior ecossistema lagunar hipersalino (supersalgado) em estado permanente do mundo, com 220 km² de superfície. Ela é circunscrita por quatro grandes áreas de proteção ambiental a nível estadual e federal, são elas a Resex

² Até 2006 (ano de fechamento da empresa Álcalis) eram extraídas conchas calcárias da Lagoa de Araruama para obtenção de barrilha (carbonato de sódio), material empregado na fabricação de sabões, tecidos, vidros e fibras sintéticas. Disponível em: <http://www.drm.rj.gov.br>. Acesso: março de 2016.

Marinha do Arraial do Cabo, uma Reserva Extrativista de Uso Sustentável Federal³; a APA da Serra de Sapatiba e a APA de Massambaba, Áreas de Proteção de Uso Sustentável Estaduais⁴; e o PE da Costa do Sol, um Parque Estadual de Proteção Integral⁵.

Figura 2: Unidades de Conservação Estaduais e Federais



Fonte: INEA, 2016 (adaptado pela autora).

³ “A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. É de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”. A Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo tem por objeto garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal, por população extrativista do Município de Arraial do Cabo. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/>. Acesso em: março de 2017.

⁴ “O objetivo da APA de Massambaba é proteger uma das últimas áreas remanescentes de restingas, lagoas costeiras e brejos ainda em bom estado de conservação, responsáveis pelo abrigo de inúmeras espécies de aves migratórias e habitat de espécies vegetais endêmicas; preservar inúmeros sítios arqueológicos, fundamentais para pesquisas científicas, e manter a grande sequência de dunas ali existentes revestidas de vegetação protetora.” Já a APA de Sapatiba visa “proteger remanescentes florestais da Serra de Sapatiba, parte de planície e da lagoa de Araruama”. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br>. Acesso em: março de 2017.

⁵ “O Parque Estadual de Conservação Integral da Costa do Sol tem como objetivo assegurar a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados da região das baixadas litorâneas (restingas, mangues, lagoas, brejos, lagunas, entre outros), possibilitando a recuperação das áreas degradadas ali existentes; manter populações de animais e plantas nativas, servindo como refúgio para espécies migratórias raras, vulneráveis, endêmicas e ameaçadas de extinção da fauna e flora nativas; oferecer oportunidades de visitação, recreação, interpretação, educação e pesquisa científica; possibilitar o desenvolvimento do turismo no seu interior - uma vocação natural dessa região do Estado - além de atividades econômicas sustentáveis no seu entorno.” Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/>. Acesso em: março de 2017.

No entanto, inúmeros loteamentos irregulares foram e continuam sendo aprovados sobre ou muito próximas destas áreas, constituindo-se em novos bairros, distantes da infraestrutura mínima municipal, sem saneamento básico e equipamentos públicos adequados. Por outro lado, áreas com características semelhantes invadidas por populações de baixa renda são mais intensamente fiscalizadas, tanto pelos órgãos ambientais, quanto pelos próprios investidores destes novos condomínios de classe média que despontam em quantidades muito superiores.

Figura 3: Localização de alguns dos loteamentos ainda não consolidados em Praia Seca, Araruama.



Fonte: Google Earth, 2016.

Portanto, além dos impactos ambientais ocasionados por estes novos empreendimentos que surgem ao redor de toda a Lagoa, verifica-se a consequente aceleração do processo de desequilíbrio socioespacial da Região dos Lagos, muitas vezes aliado ao próprio discurso ambiental, como por exemplo, o projeto em fase de aprovação (já com a licença prévia do Instituto Estadual do Ambiente) do Ecoresort Massambaba, que prevê a construção de dois hotéis, hotel da reserva próximo à praia, com 440 quartos, um hotel de 60 bangalôs perto da estrada, intitulado hotel da lagoa, um centro de estudos e pesquisa ambientais e uma unidade de conservação de proteção integral de 1.182.727,00 m². Assim em três módulos, sendo instalado numa zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS)⁶.

⁶ Ver <http://rj.rap.gov.br/ecoresort-massambaba/>. Acesso em março de 2017.

Ao apresentarmos estas seleções, delimitações e contradições sujeitas à proteção do Estado, evocamos novamente Bourdieu para ancorar nosso entendimento de que as questões ambientais também são construções históricas, políticas e sociais inseridas dentro de um *campo de lutas*:

“O social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um "campo de forças", uma estrutura que constringe os agentes nele envolvidos, quanto um "campo de lutas", em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura.” (Bourdieu, 1996, p.50)

Segundo a Ascerald (2010), a luta dentro do campo ambiental, por exemplo, pode significar tanto a apropriação de um discurso genérico por diferentes grupos sociais, quanto a possibilidade de utilização de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas ou científicas e eliminar outras narrativas:

“Ao associarmos a noção de “sustentabilidade” à ideia de que existe uma forma social durável de apropriação e uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas significa ignorar a diversidade de formas sociais de duração dos elementos da base material do desenvolvimento”. (Ascerald, 2010, s.n)

Conflitos de usos: população local, órgãos ambientais, turistas e investidores

O processo de adensamento da ocupação das margens da lagoa, de crescimento industrial, do incremento do turismo e da especulação imobiliária verificado nas últimas décadas coincide com a redução acentuada da produção pesqueira e salineira na região, associada ao aumento da poluição na Lagoa e das políticas de preservação ambiental. Entretanto, a conexão entre esses vários processos não é simples, estamos diante de complexas relações sociais, econômicas e culturais que se cruzam, inclusive apontando contradições entre os vários grupos que compartilham desta paisagem.

O aumento do fluxo de pessoas e da construção de segunda moradia decorrente do turismo de veraneio provoca diversos impactos sobre o modo de vida das sociedades locais, alterando funções tradicionais e até os “tempos” culturais em que se desenvolvem as atividades. Por exemplo, os salineiros e os pescadores artesanais que praticam há anos suas atividades nas águas hipersalínicas da Lagoa de Araruama, hoje dividem o espaço com banhistas e praticantes de atividades náuticas, ao mesmo tempo que sentem as consequências do aumento progressivo da poluição da lagoa, principalmente pela emissão de esgoto direto dessas novas residências nas suas águas.

Estes mesmos pescadores associam as recorrentes mortandades de peixes e as transformações observados nos próprios animais pescados, como a velocidade de putrefação dos mesmos às condições ambientais da Lagoa.

Paralelamente, entram em conflito com os organismos ambientais, que apesar de compactuarem com o discurso de que os problemas de saneamento na região são os principais condicionantes da poluição da Lagoa, entendem que a pesca indiscriminada por parte dos pescadores e a retirada excessiva de sal ao longo do tempo, transformaram as condições bióticas daquele ecossistema e portanto tais atividades devem estar sujeitas a limitações, instituindo por exemplo, o período de defeso dos animais.

Somado a estes conflituosos discursos, insere-se a indústria da pesca (permitida em alto-mar), que aumenta progressivamente ao crescimento da população local e produz uma competição desigual com os pequenos pescadores, diante do valor dos produtos comercializados no mercado; e ao assoreamento e ocupação das margens do Canal de Itajurú, berço de reprodução dos peixes da Lagoa de Araruama e única conexão da mesma com o mar (o que responde pela sua característica de alta salinidade).

Para os moradores locais, o período de verão passa a significar também a possibilidade de complementação de renda, através da ofertas de serviços e comércio para os turistas presentes. No entanto, o conflito se dá no aumento da demanda por imóveis de aluguel, que por um lado permite que o morador proprietário de mais de um imóvel alugue um deles, ou até mesmo familiares se unam em uma mesma residência para dividirem o aluguel da outra neste período; por outro, a elevação extraordinária dos preços das locações, produzem deslocamento (quando não expulsões) da população local para a chegada de novos proprietários que ocupam as residências somente nestes períodos (segunda residência) e assim alteram a organização do espaço social e a dinâmica destas cidades, visto que na maior parte do ano os imóveis encontram-se fechados. Somam-se a estes os problemas como a falta de água e o tráfego excessivo em zonas urbanas.

De que paisagens da Lagoa de Araruama se fala?

Ao apresentar algumas das problemáticas envolvendo a Lagoa de Araruama, mostrando que além da paisagem turística, das belezas naturais únicas, das cidades economicamente mais atraentes e “tranquilas” para se viver, comparada a capital Rio de Janeiro, a Região dos Lagos veiculada pela mídia e pelo poder público, constitui-se

em uma emaranhado de relações conflituosas que reforçam, criam e recriam os significados a ela atribuídos.

Neste contexto, entendo que pensar as paisagens da Lagoa de Araruama nos permite a possibilidade de descobrir, compreender e analisar os processos socioespaciais para além dos discursos deterministas. Nos permite articular, sobrepor e exercitar o diálogo entre narrativas divergentes que vão existir independente dos exaustivos esforços que se fazem para invisibilizá-las. Praticar outras paisagens possíveis me parece uma prática de cidadania quando se quer falar do outro, mas sempre atentos aos riscos de falar para o outro.

Figura 1: São Pedro da Aldeia e a Lagoa de Araruama a partir da Serra de Sapiatiba



Fonte: Acervo pessoal, Júnior Silgueiro, 2014.

Referências Bibliográficas:

ACSELRAD, Henri. **Discursos da sustentabilidade urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Campinas, v. 1, n. 1, p. 79-9, maio/nov. 1999.

_____. **Ambientalização da Lutas Sociais**: o caso do movimento por justiça ambiental. SCIELO, São Paulo, Estudos Avançados 24 (68), p. 104, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

COSGROVE, Denis. **Social Formation and Symbolic Landscape**. Londres: Croom Helm, 1984.

BRASIL, 2000. **Lei Federal Nº 9.985 de 18/07/2000**. Regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e da outras providências.

HOLZER, Werther. **O sabor do sal: paisagens vernaculares de Araruama**. Geograficidade, Niterói, v. 4, número especial, p. 47-58, outono 2014.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Restinga**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.

OLIVEIRA, Sonia Maria Moreira Carvalho de. **Conflitos Ambientais na Região dos Lagos do Estado do Rio De Janeiro**. Rio de Janeiro, 2001 (tese de doutoramento apresentada ao IPPUR/UFRJ).

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Patrimônio e Democracia**: novos desafios para políticas públicas. In: CASTRO, Iná Elias de; RODRIGUES, Juliana Nunes; RIBEIRO, Rafael Winter. Espaços da Democracia: Para a Agenda da Geografia Política Pública Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.